



Anais da Assembléia

A V U L S O

CURITIBA, TERÇA, FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1984

ANO X

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 204/84

Artigo Único - O item VIII do Artigo 21 fica acrescido da alínea "f", com a seguinte redação:

"Art. 21 - Compete à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador:

I -

... ..

VIII - Autorizar:

a)

... ..

f) a construção de usinas hidrelétricas com mais de 100 megawatts de potência ou que possam resultar na inundação de mais de quinhentos hectares de área do território paranaense".

Sala das Sessões, em 31/10/84.

(a) NILSO SGUAREZI.

Apoiamento: Eduardo Baggio, Sabino Campos, Acir Mezzadri, Nestor Baptista, Ervin Bonkoski, Antônio Annibelli, Homero Oguido, Paulo Furiatti, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Amélia Hruschka, Mário Pereira, Gernote Kirinus, Rubens Bueno, Sérgio Spada, Adhail Sprenger Passos, Caíto Quintana, Nelson Vasconcellos e Orlando Pessuti.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Ata da reunião da Comissão de Orçamento, realizada em 05 de novembro de 1984.

Aos cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e oitenta e quatro, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se a Comissão de Orçamento, presidida pelo Deputado Artagão Mattos Leão, comparecendo os seguintes Deputados membros: Antônio Annibelli, Anibal Khury, Roberto Requião, Fuad Nacli e Gabriel Manoel. Da pauta, deliberações sobre os Projetos de Lei n.ºs 252/84 (Orçamento Anual para 1985) e 240/84 (Orçamento Plurianual de Investimentos 1985/1987). Convidado pelo Senhor Presidente, o Deputado Anibal Khury, relator do Projeto de Lei n.º 252/84 (Orçamento Anual para 1985), fez a leitura de seu parecer, dando os esclarecimentos necessários. Colocado em votação, este parecer obteve sua aprovação, fazendo assim, parte integrante da presente Ata. Na sequência, os membros desta Comissão resolveram aprovar a redação do Projeto de Lei n.º 240/84 (Orçamento Plurianual de Investimentos

1985/1987), atendendo o deliberado em segunda discussão, de acordo com o artigo 10 da Resolução n.º 17/67 de 11 de outubro de 1967, estando, portanto, em condições de ser levado à consideração do Plenário para terceira e última votação. Nada mais havendo a ser deliberado, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente reunião. Assim sendo, eu, AYRTON ALVES ARANHA, Secretário desta Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e achada conforme vai assinada por todos os membros presente.

Sala das Comissões, em 05/11/84.

Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Deputado ANIBAL KHURY

Deputado ROBERTO REQUIÃO

Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI

Deputado FUAD NACLI

Deputado GABRIEL MANOEL

Deputado Erondy Silvério

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 252/84

ORÇAMENTO-PROGRAMA ANUAL

O Projeto de Lei n.º 252/84, oriundo da Mensagem do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, contém os elementos de receita e despesa que se constituirão a Lei Orçamentária do Paraná, para o próximo exercício de 1985.

Por força constitucional cabe ao Poder Legislativo a aprovação, contudo o § 1.º, do artigo 35 da Constituição Estadual limita a ação do legislativo à mera apreciação ao determinar que não serão objeto de deliberação a emenda de que decorra aumento de despesa global ou de cada órgão, fundo, projeto ou programa, ou que vise a modificar-lhe o montante, a natureza ou objetivo.

Fica claro e total desvinculação do Legislativo nos pressupostos básicos da Lei Orçamentária e isto é fruto do interregno, que ora assistimos o seu final, de autoritarismo e hipertrofia do Poder Executivo em detrimento do Poder representativo popular. Tal realidade é determinante para que haja um total desinteresse na discussão do principal instrumento da administração pública.

Contudo, se de um lado as limitações constitucionais criam inúmeros obstáculos para a nossa inteira participação nos desígnios governamentais, paralelamente nos é impossível deixar de procedermos uma análise mais acurada, com o intuito de identificar as intenções governamentais dentro do espírito de atendimento aos problemas sócio-econômico do Estado.

O plano de Lei estima a receita e aloca nos elementos de despesa igual importância, num montante de 4,9 trilhões de cruzeiros, consignando um aumento percentual de 415,15% sobre a atual Lei Orçamentária. Só este fato seria suficiente para comprovar a excelente situação do Paraná no contexto econômico, propiciando ao nosso Estado meios de vir atender ou minimizar os problemas sociais.

Esta realidade econômica do Estado, que a cada exercício tendo um crescimento real, isto é, superior ao índice inflacionário, é determinado pelo bom desempenho governamental na área financeira devido a um planejamento coerente e com objetivos claros e conhecidos.

Do total previsto para arrecadar em 1985, a receita centralizada responde com 4,4 trilhões de cruzeiros e a descentralizada, as geradas e recolhidas pelas Paracetatais (excluindo as sociedades de economia mista), responderão por um pouco mais do que 534 bilhões de cruzeiros. Portanto, a centralização participa percentualmente com quase 90% do total estimado do Estado no exercício fiscal de 1985.

A receita tributária é estimada em 2,9 trilhões de cruzeiros, sendo: de impostos mais de 2,8 trilhões de cruzeiros de taxas um pouco mais de 50 bilhões de cruzeiros.

O imposto sobre circulação de mercadorias - ICM - deverá responder com mais de 2,830 trilhões de cruzeiros, advindos dos setores econômicos, assim representados: Comércio 990,5 bilhões de cruzeiros, 35% do total; Indústria 764,1 bilhões de cruzeiros, 27% do total; Primário com 1,018 trilhões de cruzeiros, 36% do total; Importação com 15,2 bilhões de cruzeiros, 0,5% do total; e Acessórios do ICM (Denúncia espontânea, auto de infração, parcelamento a partir de 85) com 41,3 bilhões de cruzeiros, 1,5 do total.

A previsão de Receita Corrente em 3,7 trilhões de cruzeiros comparada com a alocação de recursos de 3,3 trilhões de cruzeiros para atender as Despesas Correntes, determinada a existência de um superávit no Orçamento corrente de mais de 400 bilhões de cruzeiros.

As operações de Crédito autorizadas pela presente Lei Orçamentária atingirão a 885,7 bilhões de cruzeiros ou seja 18,05% do montante estimado para receita.

As Transferências Federais atingirão a soma de 480,7 bilhões de cruzeiros, somente 9,79% do global, cabendo às Correntes 204,8 bilhões de cruzeiros e as de Capital 275,9 bilhões de cruzeiros.

OS PODERES

Confrontando os recursos alocados para os poderes constituídos constata-se o seguinte quadro: Em Cr\$ 1.000:

PODER LEGISLATIVO	92.033.337	1,88%
PODER JUDICIÁRIO	199.405.500	4,06%
PODER EXECUTIVO	4.614.302.540	94,06%
TOTAL	4.905.741.377	100,00%

Para efeitos de atendimentos da Emenda Constitucional 19/83, a qual altera o artigo 38 da Constituição Estadual, o valor básico seria de Cr\$ 3.067.770.000.000 (Três trilhões, sessenta e sete bilhões, setecentos e setenta milhões de cruzeiros), ou seja o total estimado para Receita, excluindo as Operações de Crédito e Transferência da União. No atendimento deste dispositivo constitucional o Projeto de Lei em pauta está plenamente de acordo, pois tanto o Legislativo como o Judiciário, têm recursos alocados ligeiramente superior aos 3% e 6,5% respectivamente.

O DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

A Emenda Constitucional Federal n.º 24 de 1.º de dezembro de 1983, conhecida pela Emenda Calmon, determina claramente que os Estados deverão aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Quanto o previsto em arrecadar com impostos não existe qualquer dúvida aos constataremos no Anexo I, da RECEITA o valor de Cr\$ 2.868.622.000.000 (Dois trilhões, oitocentos e sessenta e oito bilhões, seiscentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), determinando assim que na "manutenção e desenvolvimento do ensino" o Estado deverá preliminarmente aplicar, no mínimo Cr\$ 717.155.500.000 (Setecentos e dezessete bilhões, cento e cinquenta e cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros).

O que poderia criar inúmeras dúvidas é definir o que deverá se entender como "manutenção e desenvolvimento do ensino" prescrito pela Constituição. Seria a função 08 - Educação e Cultura? Ou o alocado para a Secretaria do Estado da Educação? Será que não se deveria considerar a receita vinculada, fazendo que o Estado programe os 25% somente dos Recursos próprios? E assim por diante.

Sob qualquer ângulo das questões ora levantadas o Governo do Estado do Paraná atende e supera em muito o índice contido na Constituição, consignando, mais uma vez, a atitude governamental em investir no homem como objetivo, prioritário, de possibilitar condições de que cada um possa vir a desenvolver as suas potencialidades e isto, sem dúvida nenhuma, só será possível com a educação. Tal assertiva é comprovada com os planejamentos executados pelas nações mais desenvolvidas.

Assim podemos constatar no presente Projeto de Lei, no que concerne o atendimento ao dispositivo constitucional o seguinte comparativo:

Em Cr\$ 1.000

DESCRIÇÃO	VALOR	% s/IMP.
Função Educação e Cultura total.....	1.028.413.334-35,85	
Função Educação e Cultura Recursos do Tesouro...	977.502.539-34,07	
Secretaria de Estado da Educação - total.....	949.968.000-33,11	
Secretaria de Estado da Educação - Rec. do Tesouro desvinculados..	878.008.000-30,60	

A Educação e Cultura demanda a maior parte dos recursos ora alocados pelo presente Plano de Lei, atingindo 21% do total programa e 22,4% dos recursos do Tesouro, sendo, portanto, a função prioritária nas atenções governamentais.

AS FUNÇÕES PRIORITÁRIAS.

Além da prioridade na Educação e Cultura, supra exposta manteve-se a ordem nas outras funções que recebem do governo maiores recursos como abaixo se apresenta:

Em Cr\$ 1.000

Funções	Valor Rec. Tes.	Valor Total	% Rec. Tes.	Total
Educ. e Cult.	977.502.539	1.028.413.334	22,4	21,0
Adminstr. e Planej.	854.912.736	896.196.686	19,6	18,3
Transporte	510.017.700	735.075.350	11,7	15,0
Assist. e Previdência	493.038.611	600.593.515	11,3	12,2

As funções que tiveram a sua participação aumentada acima da correção percentual de 415,15% que sofreu o orçamento do estado, foram:

Desenvolvimento Regional	1.642,74%
Indústria, Comércio e Serviços	678,73%
Administração e Planejamento	478,79%
Transportes	485,00%
Trabalho	440,14%
Habilitação e Urbanismo	438,47%
Agricultura	424,16%

A de "desenvolvimento Regional" que chama mais atenção pela correção percentual que sofreu, passa a representar 3,7% do total programado, ou seja, um pouco mais de 183 bilhões de cruzeiros.

A injeção de recursos maior foi no projeto 1.343 - Programa de Ação Municipal PRAM gerenciado pela Secretaria do Estado do Planejamento o qual atingiu mais de 146,5 bilhões de cruzeiros, contudo, ressalve-se que 88,2 bilhões serão através de recursos vinculados, provindos do Banco Mundial, pretendendo "o desenvolvimento prioritário em obras de infra-estrutura econômica e social a 287 municípios com população inferior a 50.000 habitantes, garantindo recursos para geração de empregos e melhores condições de vida".

Também, houve melhores atenções ao projeto 1.347 - Apoio a Setores Prioritários e a Programas Emergenciais também administrado pela Secretaria de Planejamento, com

6.850 bilhões de cruzeiros, o qual objetivava atender aos problemas causados por fenômenos incontrolláveis pelo homem, bem como, atendimento à programas que visem a geração de empregos.

Nesta função foram introduzidos dois novos projetos, um coordenado pela Secretaria de Estado das Finanças, o 1158 - Projeto Galha Azul, com recursos de 447 milhões de cruzeiros, pretende "o desenvolvimento auto-sustentado do município, através da mobilização e motivação da população, criando ambiente para participação comunitária na busca de alternativas de auto-desenvolvimento econômico, financeiro e tributário"; o outro é o projeto 1.061 - Infra-Estrutura de distribuição de Energia Elétrica - adstrito ao PRAM e administrado pela Governadoria com 2.855 bilhões de cruzeiros, e tem os mesmos objetivos e vinculação ao Banco Mundial que o Projeto de "Ação Municipal", supra especificado.

OS RECURSOS DO TESOIRO E AS AS CATEGORIAS DE DESPESAS

Para melhor análise da alocação dos recursos arrecadados diretamente pelo Tesouro Geral do Estado, apresentando o quadro a seguir, especificando as subcategorias econômicas e as suas respectivas participações:

Em Cr\$ 1.000

DESPESA	PREVISÃO	Orçamento
DESPESAS CORRENTES	2.910.780.923	66,59
Pessoal e Encargos Sociais	1.913.597.368	43,77
Outras Desp. Correntes	997.183.555	22,82
DESP. DE CAPITAL	1.420.645.077	32,50
Investimentos	399.834.971	9,15
Inversões Financeiras	97.388.439	2,23
Transf. de Capital	923.421.667	21,12
CLASSIF. ESPECIAL	40.000.000	0,91
Reserva de Conting.	40.000.000	0,91
TOTAL	4.371.426.000	100,00

Em comparação com atual Lei Orçamentária enquanto as Despesas Correntes tem um aumento percentual de 383,7% as Despesas de Capital, consigna um aumento de 646,3%.

A despesa que menos cresceu foi a com Pessoal e Encargos que alcançam um percentual de 342,5% de aumento, em relação a atual Lei Orçamentária.

AS EMENDAS

Foram apresentadas e estão em tramitação 999 (novecentos e noventa e nove) emendas ao Projeto de Lei n.º 252/84.

Visam, em sua grande maioria, destinar às entidades estaduais dotações constantes no Orçamento.

Ressalvadas as boas intenções dos Senhores Parlamentares tais emendas são inconstitucionais, por força do § 1.º do artigo 35 da Constituição Estadual, transcrito anteriormente.

Merecem, contudo, especial atenção as

emendas de n.ºs 200, 203, 204 e 205, apresentadas pelo Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, e a de n.º 939, assinada pelo Deputado José Tadeu Lúcio Machado.

EMENDA N.º 200 - Objetiva retirar do § 2.º os incisos II e V que propõem a não integração no percentual contido no "Caput" do artigo, como autorização para abertura de créditos suplementares, o "superavit" financeiro do presente exercício e as transposições dentro de uma mesma categoria econômica pertencente ao mesmo órgão.

Justifica-se tal medida por pretender-se dar maior participação ao Poder Legislativo. Entretanto, incorre-se no erro de possibilitar-se a criação de entraves à mobilidade administrativa nos diversos setores públicos do Estado.

Os "Superavits" financeiros, quando existem na administração pública, são de ínfimos e não pressupõem maiores atenções, pois os mesmos serão verificados e fiscalizados com a participação do Poder Legislativo.

A não alteração da composição das Categorias Econômicas (Despesas de Custeio, Transferências Correntes, Capital e Transferências de Capital) consubstancia a intenção governamental de dar maior maleabilidade às decisões administrativas, sem se dificultarem as possibilidades de adaptação do atual Plano de Lei à realidade concreta futura.

EMENDA N.º 203 - Tem a finalidade de atrelar as empresas de economia mista naquilo que já está previsto para as Autarquias, Empresas Públicas e Fundações, ou seja, fazer com que os seus orçamentos venham a receber a referenda da Assembléia Legislativa.

Se, em teoria, a intenção do Líder opositor merece aplausos, contudo a prática tem demonstrado total ineficácia, pressupondo a necessidade de se tomarem outras atitudes que possibilitem o Poder Legislativo a exercer um verdadeiro acompanhamento nos orçamentos das Parestatais.

A tentativa por nós aplaudida e constante na presente Lei de Meios é acatada pelo Excelentíssimo Senhor Governador, no presente Plano de Lei, esbarrou na praticidade ao constataremos que, se houver uma disciplina global que possibilite aos representantes populares fiscalizarem estas empresas, de nada adiantará fazermos constar o "ad referendum" da Assembléia Legislativa, para aprovação dos orçamentos das parestatais. No presente exercício, constatamos que nosso "referendum" só se efetivou no mês próximo passado, isto é, quase no final de exercício, sem se efetivar a prática objetivada que é de fiscalização do Poder Legislativo em todos os atos governamentais. Portanto, a prática desmistifica e desaconselha tal emenda.

EMENDAS N.ºs 204 e 205 - Com os mesmos

embasamentos técnicos, visam alterar os percentuais, de 30% para 15% contidos nos artigos 5.º § 2.º e 8.º "caput", propiciando a autorização prévia para que o Poder Executivo abra créditos suplementares.

Repete-se o que consta na atual Lei Orçamentária, graças a emendas admitidas com o nosso apoio e aplausos.

Aqui, novamente, a realidade determinou que a prática contrariou a teoria. Se, em tese, a alteração percentual de nossa prévia autorização para abertura de créditos suplementares visava efetivar a participação do Poder Legislativo, na sua efetivação o que se constatou foi propiciar uma série de entraves e problemas à administração estadual. Assim, por diversas razões, esta Assembléia Legislativa não deu o devido seguimento às Mensagens governamentais de abertura de créditos especiais, vindo a dificultar pagamento de funcionários, criando até problemas sociais. O próprio Poder Legislativo sofreu quando do encaminhamento de seus processos de créditos adicionais. E, o que é pior, isto ocorreu sem que houvesse a efetivação de uma verdadeira análise de nossa parte nas emendas da principal lei da administração pública.

Entendemos que tais emendas só terão os efeitos que todos pretendemos quando se realizar a devolução de todas as prerrogativas do Poder Legislativo. A funcionalidade do Poder está vinculado a um sistema global, isto é, todas as funções deverão estar interacopladas, porque só assim veremos os legislativos desempenhando o papel que a sociedade necessita e institucionalizou.

Se tal não acontecer, é certo que essas emendas só terão o condão de emperrar o processo administrativo, tal como já se comprovou, na prática.

EMENDA N.º 939 - Conforme consta de sua justificativa, a intenção da presente emenda é dar à receita advinda do artigo 4.º da Lei n.º 7812/83, uma aplicação de acordo com a proposição objetivada pelo Legislador, ou seja, consignar que, verdadeiramente, prestem assistência ao menor carente e a sua família. Os programas que deverão ser atendidos pelo percentual de 10% (dez por cento) da Taxa de Segurança Pública - Atos da Polícia Civil, devem visar o desenvolvimento sócio-cultural do menor, porque só assim estaremos, coerentemente, investindo no futuro do menor e, conseqüentemente, do Paraná.

Sem sombras de dúvida, tal emenda pretende, efetivamente, pugnar pela necessidade de se carrearem maiores recursos no atendimento das verdadeiras carências do menor abandonado.

A intenção é justa e, por tudo válida, mas entendemos que encontra óbices, assim como quase todas as emendas, nos dispositivos de ordem constitucional, os quais não permitem emendas que visem alterar os

objetivos programáticos governamentais.

PARECER SOBRE AS EMENDAS

Dado o exposto, entendemos que a participação do Poder Legislativo nas ações governamentais está na dependência de aprovação de um novo contrato social que venha consolidar a legitimidade, intenção da sociedade de ver os seus Representantes desempenhando as funções de interpretação, proposição e realização de seus anseios.

Com uma nova constituição, haverá possibilidade de sistematização legislativa, propiciando aos poderes legisferantes as condições para que tenham disciplinadas as suas funções na participação, acompanhamento e fiscalização das ações de governo.

Profetizamos que isto logo acontecerá, pois as eleições presidenciais que ora se aproximam configuram-se, claramente, com a posse no próximo ano de um Presidente vinculado com programas de modificações es-

truturais no atual "status quo" de nefastas consequências à sociedade brasileira. A vitória das oposições, reconheça-se, é o único meio de possibilitar que os representantes populares deixem de ser meros apreciadores das ações do executivo.

Assim, para que se evite a concretização de obstáculos à ação do Governo do Estado do Paraná, que tem dado mostras de ter objetivos claros e condizentes com a realidade paranaense, somos pela REJEIÇÃO das emendas apresentadas.

CONCLUSÃO

O presente Plano de Lei cumpriu todas as exigências constitucionais e legais, pelo que **SOMOS PELA SUA APROVAÇÃO**.
Sala das Comissões, em 05 de novembro de 1984.

(aa) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO
Presidente
ANIBAL KHURY
Relator.